

UMA INTRODUÇÃO À FILOSOFIA FEMINISTA*

AN INTRODUCTION TO FEMINIST PHILOSOPHY

Viviane Magalhães Pereira**

RESUMO

Este artigo tem como objetivo oferecer uma introdução ao sentido e validade da filosofia feminista. Esta surge como área de pesquisa na década de 1970, quando mais mulheres ingressaram na carreira acadêmica. Como se trata de um campo de investigação relativamente novo, para realizarmos uma exposição adequada da filosofia feminista, é necessário primeiramente esclarecer o sentido do termo feminismo. Em segundo lugar, é relevante compreender quais são as relações entre filosofia e feminismo, para então mostrar as especificidades do tipo de relação que confere sentido à filosofia feminista. Já para expor sua legitimidade como um modo de fazer filosofia, tomaremos como exemplo o trabalho que foi realizado em *Reivindicação dos direitos da mulher* (1792) por Mary Wollstonecraft, e em *Uma voz diferente* (1982) por Carol Gilligan. Nosso procedimento consiste em mostrar uma mudança histórica na teoria e no método feminista que ocorre entre essas obras. Nossa hipótese é de que toda filosofia feminista, apesar das diferenças em relação ao alcance de sua contribuição, se constrói a partir de uma práxis determinada.

PALAVRAS-CHAVE: feminismo; filosofia; filosofia feminista; Mary Wollstonecraft; Carol Gilligan.

ABSTRACT

This paper aims to offer an introduction to the meaning and validity of feminist philosophy. This emerges as an area of research in the 1970s, when more women began careers in higher education. As a relatively new field of investigation, in order to carry out an adequate exposition of feminist philosophy, it is first necessary to clarify the meaning of the term feminism. Secondly, it is important to understand what the relationship between philosophy and feminist philosophy is. To expose its legitimacy as a way of doing philosophy, we will take as an example what was done in *A vindication of the rights of woman* (1792) by Mary Wollstonecraft and in *A different voice* (1982) by Carol Gilligan. Methodologically, we will show a historical change in feminist theory and method that occurs between these works. Our hypothesis is that all feminist philosophy, despite the differences in relation to the scope of its contribution, is built from a determined praxis.

KEYWORDS: feminism; philosophy; feminist philosophy; Mary Wollstonecraft; Carol Gilligan.

* Artigo recebido em 23/05/2023 e aprovado para publicação em 20/06/2023.

** Doutora em Filosofia pela PUCRS. Mestra em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professora de Filosofia da UECE. E-mail: viviane.pereira@uece.br.

INTRODUÇÃO

A proposta deste artigo é oferecer uma introdução ao sentido e validade da filosofia feminista, ou seja, mostrar como o adjetivo “feminista” revela o tipo de mudança que ocorre na filosofia, como teoria e método, a partir das reflexões feministas. Além disso, tem-se o objetivo de apresentar algumas razões pelas quais seria legítimo o uso desse adjetivo, de tal modo que ele não expressaria um equívoco em relação ao trabalho filosófico, mas, pelo contrário, seria uma das maneiras de torná-lo possível ante alguns problemas filosóficos contemporâneos. Esse tema se insere dentro da linha de pesquisa igualmente nomeada “filosofia feminista”, cujo desenvolvimento pode ser hoje observado nas mais diferentes áreas da filosofia: história da filosofia, metafísica, epistemologia, filosofia da ciência, filosofia política, ética, filosofia da mente, filosofia da linguagem¹ etc.

Os estudos dessa linha de pesquisa surgiram em algumas universidades, como universidades estadunidenses, por exemplo, “na década de 1970, quando mais mulheres iniciaram carreiras no ensino superior, incluindo a filosofia” (MCAFEE, 2018, tradução nossa). Aqui, no Brasil, apenas há poucos anos o estudo da filosofia feminista tem sido incluído nos currículos e debatido em congressos nacionais de filosofia². Daí uma razão do seu desconhecimento e do porquê de a escrita de um artigo introdutório a esse tema se justificar. Além de o número de mulheres que iniciam carreira no ensino superior e atuam como pesquisadoras na área de filosofia no Brasil ainda ser muito baixo³, não basta que mulheres ingressem no ensino superior para que comecem a surgir estudos filosóficos feministas e estes tenham chance de ser reconhecidos pela comunidade acadêmica.

Outro ponto sensível que pode explicar “certo descompasso histórico em relação ao mesmo fenômeno [de surgimento do estudo da filosofia feminista] em outros países (nos quais este campo de pesquisas encontra-se em construção há mais tempo)” (ZIRBEL, 2018) é o fato de mesmo pesquisadoras que já fazem de algum modo filosofia feminista, e atuam nas

¹ Um livro no qual se mostram as principais mudanças realizadas na filosofia por autoras feministas em cada um desses campos é *The Cambridge companion to feminist philosophy* (FRICKER; HORNSBY, 2000).

² Para citar um exemplo, ele foi incluído apenas em 2016 em um Grupo de Trabalho (GT) do *Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia* (ANPOF), o “GT Filosofia e Gênero”.

³ “Dados de 2015, coletados por Carolina Araújo (2016), evidenciam que apenas 19,5% do corpo docente da pós-graduação [em filosofia] no Brasil são constituídos por mulheres. No que tange ao corpo discente da pós-graduação [em filosofia], apenas 28,36% são mulheres. Em estudo mais recente, a [autora] estabeleceu um recorte histórico para mostrar a desigualdade entre mulheres e homens na carreira acadêmica de Filosofia no Brasil entre 2004 e 2017, avaliando os percentuais de mulheres presentes na graduação, pós-graduação e docência de pós-graduação. Ela conclui que as chances do profissional do sexo masculino são maiores do que as do profissional do sexo feminino, além de identificar uma tendência de aumento da desigualdade ao longo dos últimos 14 anos.” (KUHNEN; ZIRBEL, 2020, p. 267).

universidades como pesquisadoras, às vezes terem resistência, mesmo sem saber, “em associar [...] seus estudos ao feminismo, uma vez que isso traria consigo uma carga negativa” (KUHLEN; ZIRBEL, 2020, p. 267). Tania Kuhnen e Ilze Zirbel (2020, p. 263), duas estudiosas de ética feminista no Brasil⁴, compreendem que faz parte dessa “carga negativa” o peso de ser rotulada de maneira estereotipada. Penso que um estereótipo comum, por exemplo, é associar o estudo de filosofia feminista a uma militância que exprime certo equívoco em relação ao trabalho filosófico.

Já por essa razão, é plenamente compreensível que, após angariar “[...] um certo reconhecimento pelo trabalho filosófico desenvolvido, em meio ao cenário predominantemente masculino” (KUHLEN; ZIRBEL, 2020, p. 263), uma pesquisadora não queira associar seu trabalho à filosofia feminista, mesmo que esteja efetivamente a fazê-lo. Contudo, omitir que esteja a fazê-lo não é algo sem consequências, pois termina por contribuir com este preconceito, o qual deslegitima a filosofia feminista e impede um reconhecimento do seu método de pesquisa. Assim, estudos filosóficos feministas surgem entre as estudiosas estadunidenses, por exemplo, mas também entre as brasileiras não apenas quando as mulheres assumem uma postura investigativa, mas igualmente engajada de utilizar o adjetivo “feminista”, apesar das rotulações estereotipadas que possam surgir.

Para que tenhamos condições de fazer uma exposição adequada da filosofia feminista, é necessário saber exatamente sobre o que estamos falando. Para tanto, esclareceremos o sentido do termo “feminismo”, do qual deriva o adjetivo “feminista” de “filosofia feminista”, a fim de compreendermos quais são as relações entre “filosofia” e “feminismo”, para então mostrar as especificidades do tipo de relação que confere sentido à filosofia feminista. Já para expor os argumentos que sustentam sua legitimidade como um modo de fazer filosofia, recorreremos ao exemplo do trabalho que foi realizado em *Reivindicação dos direitos da mulher* (1792) por Mary Wollstonecraft (1759-1797) e em *Uma voz diferente* (1982) por Carol Gilligan (1936-). Veremos como tais trabalhos se construíram fundamentalmente alinhados com o questionamento epistemológico feminista da suposta neutralidade e universalidade de teorias filosóficas hegemônicas, dentre as quais as autoras identificam aquelas que incorrem, inclusive, em sexismo.

⁴ Ambas defenderam teses de doutorado na área de ética feminista (ZIRBEL, 2016; KUHLEN, 2015).

1 O QUE É FEMINISMO?

O termo feminismo admite uma multiplicidade de significados, sendo alguns entre eles frequentemente contestados.

Por exemplo, alguns escritores usam o termo ‘feminismo’ para se referir a um movimento político historicamente específico nos Estados Unidos [da América] e na Europa; outros escritores o usam para se referir à crença de que existem injustiças contra as mulheres, embora não haja consenso sobre a lista exata dessas injustiças. (MCAFEE, 2018, tradução nossa).

“Daí a necessidade de uma clarificação semântica, com o inegável risco de simplismo pois [esse conceito não] é sucintamente definível nem tem fronteiras. [...] [Em outras palavras, tal conceito se consolida] num constante e progressivo ‘fieri’.” (FERREIRA, 2009, p. 13), por meio de um processo. Em todo caso, trata-se de um conceito circunscrito no campo semântico, de tal modo que podemos identificar seus delineamentos comuns.

Além disso, apesar de “feminismo” ser um termo circunscrito igualmente no tempo, isto é, começa a ser usado em finais do século XIX e está diretamente ligado ao ativismo de mulheres inglesas, francesas e estadunidenses, antes de defini-lo “[...] é útil distinguir ideias ou crenças feministas de movimentos políticos feministas, pois mesmo em períodos em que não houve ativismo político significativo em torno da subordinação das mulheres, os indivíduos têm se preocupado e teorizado sobre a justiça para as mulheres” (MCAFEE, 2018, tradução nossa).

Um exemplo de um indivíduo que teorizou sobre isso, muito distante do advento do termo feminismo, embora sua posição “relativamente ao estatuto ontológico e ético da mulher mergulh[e] na ambivalência” (FERREIRA, 2009, p. 38) foi Platão, no Livro V da *República*, ao defender que algumas mulheres deveriam ser treinadas para governar, mesmo que isso fosse uma exceção em seu contexto histórico (TUANA, 1994)⁵. Outro exemplo são indivíduos feministas, os quais – não muito distantes do ativismo de mulheres, o que pode inclusive ser considerado um “arqueofeminismo”⁶ –, tiveram ideias ou crenças feministas nos

⁵ Há uma coleção de referência publicada pela Penn State University Press voltada tanto para identificar o que filósofos e filósofas falaram sobre as mulheres, isto é, para avaliar até que ponto eles são contrários ou aliados a causas feministas, como para destacar o que os filósofos defenderam como teoria e método, que, mesmo não fazendo referência às mulheres ou ao feminismo, pode ser considerado como aliado de causas feministas. Faz parte dessa coleção o volume citado *Feminist interpretations to Plato* editado por Nancy Tuana.

⁶ Uma coletânea de textos com o título *Arqueofeminismo* (ROVERE, 2019) foi publicada recentemente aqui no Brasil com textos de mulheres filósofas e filósofos feministas franceses dos séculos XVII e XVIII.

séculos XVII e XVIII, como, por exemplo, Marie de Gournay⁷ (1565-1645), François Poullain de la Barre (1647-1723)⁸, Olympe de Gouges (1748-1793)⁹ e Mary Wollstonecraft (1759-1797)¹⁰.

Nesse sentido, há dois grandes usos do termo feminismo que são igualmente úteis para uma introdução à filosofia feminista. O primeiro deles tem a ver, como foi dito, com a preocupação e teorização sobre a justiça para as mulheres. Já a segunda definição é de que “o feminismo é [...] um movimento político [e ao mesmo tempo um compromisso intelectual] que busca justiça para as mulheres e o fim de todas as formas de sexismo” (MCAFEE, 2018, tradução nossa), isto é, de discriminação fundamentada no sexo, que têm produzido as mais variadas formas de opressão e marginalização. Eu me deterei agora na exposição desse segundo uso do termo feminismo, devido ao fato de ele conduzir a investigação filosófica a um desenvolvimento importante.

O feminismo como um compromisso intelectual e um movimento político tem como traço comum tanto essa “bipolaridade prática e teórica” quanto os objetivos específicos de “refletir sobre a situação das mulheres, compreender a condição feminina e lutar em prol da sua plena realização” (FERREIRA, 2009, p. 14). No entanto, ele inclui múltiplas orientações teóricas e filosóficas e diverge quanto ao tipo de “remédios” políticos e morais devem ser buscados, para atingir o seu objetivo de pôr fim a todas as formas de sexismo. Essas

⁷ Filósofa e escritora francesa, nascida em Paris, vinda de uma família de modestos fidalgos. Ela realizou seus estudos de maneira autodidata, aprendeu grego e latim comparando diferentes versões de textos clássicos. Foi editora e comentadora de Michel de Montaigne (1533-1592). Após a morte do filósofo editou e publicou, por exemplo, seus *Ensaio*s (1580) (MARIE DE GOURNAY, 2023).

⁸ Escritor, filósofo e feminista cartesiano. A filósofa francesa Simone de Beauvoir (1908-1986) no primeiro volume de *O segundo sexo* (1949), uma das obras mais conhecidas de filosofia feminista, cita como epígrafe a seguinte frase do autor: “Tudo o que os homens escreveram sobre as mulheres deve ser suspeito, pois eles são, a um tempo, juiz e parte.” (BEAUVOIR, 2016).

⁹ Pseudônimo de Marie Gouze foi uma dramaturga, ativista política, feminista e abolicionista francesa de importante atuação na Revolução Francesa. Os escritos feministas de sua autoria alcançaram enorme audiência. Foi uma defensora da democracia e dos direitos das mulheres. Na sua obra *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã* (em francês: *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne*) de setembro de 1791, opôs-se ao patriarcado da época e ao modo pelo qual a relação entre homem e mulher se expressava na *Declaração dos direitos do homem e do cidadão*, durante a Revolução Francesa. Devido aos seus escritos e atitudes pioneiras, foi guilhotinada (ROVERE, 2019).

¹⁰ Filósofa, escritora e defensora dos direitos da mulher. Dada a situação histórica de as mulheres não terem acesso à educação formal, Wollstonecraft foi autodidata e teve acesso a textos de filósofos, inclusive de contemporâneos, como os de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), como prova sua conhecida obra *Reivindicação dos direitos da mulher* (1792). Neste livro argumentou que as mulheres não são naturalmente inferiores aos homens, mas apenas o pareciam porque lhes faltava educação. Como filósofa iluminista, ela sugeriu que tanto os homens como as mulheres deveriam ser tratados como seres racionais, e imaginava uma ordem social fundada na razão. A autora morreu aos 38 anos, após dar à luz a sua segunda filha Mary Shelley, que se tornaria autora de *Frankenstein*. Ela deixou vários manuscritos inacabados (WOLLSTONECRAFT, 2016).

diferenças nos levam a substituir o termo feminismo, por “feminismos” e a tentar compreender, antes de tudo, quais pressões surgidas do meio social, ou melhor, quais contextos históricos¹¹ estão ligados aos diferentes feminismos. Para tanto, farei uso da metáfora da “onda”, que surgiu justamente como uma forma de demarcar um novo momento do feminismo, isto é, de mudança de orientação e de grande mobilização feminista¹².

Segundo Zirbel (2021, p. 12):

Em geral, afirma-se que o ocidente vivenciou pelo menos três [...] ondas feministas [...]. A primeira dessas ondas formou-se na segunda metade do século XIX [...] até o início da I Guerra Mundial [...]. A segunda onda despontou em meados da década de 1960, intensificando-se na década de 1970 e espalhando-se por vários contextos sociais nas décadas seguintes. Quanto à terceira onda, há controvérsias sobre a sua periodização e caracterização. Essa controvérsia implica a existência ou não de uma quarta onda. De qualquer forma, [a terceira onda surge na década de 1990 e] no início do século XXI tornou-se perceptível [...] uma nova onda feminista, seja ela a terceira ou a quarta onda¹³.

A primeira onda feminista:

[...] é identificada com os movimentos em massa de mulheres que irromperam na cena pública [...], identificados com a luta pela isonomia [(igualdade perante a lei)¹⁴] e pelo sufrágio (voto) [e materializados por meio de “associações de mulheres, panfletagens, publicações em jornais, manifestações, greves, congressos, passeatas]. [...] [Esses movimentos de massa foram uma consequência de um aumento da indignação das mulheres e da ideia de “feminismo”, que foi se impondo] como uma luta de mulheres contra injustiças e por melhoria das suas condições de vida [...] (ZIRBEL, 2021, p. 12-13).

¹¹ Parto do pressuposto de que nenhuma orientação teórica ou filosófica surge de maneira independente do seu contexto. Esse é um pressuposto hermenêutico, já exposto no século XIX pelo filósofo Wilhelm Dilthey (1833-1911). Uma das aplicações de seu método hermenêutico à filosofia está presente em seu *Sistema da ética* (Curso ministrado em 1890, mas editado apenas em 1958 por Herman Nohl) (DILTHEY, 1994, p. 13-19).

¹² Para conhecer a história do surgimento desse termo, bem como suas nuances para além do contexto Europa - Estados Unidos da América (EUA), ver o verbete de Ilze Zirbel “Ondas do Feminismo”. Como destaca a autora (2021, p. 10-11), essa demarcação é complexa, pois “assim como uma onda marítima é formada por um conjunto de fenômenos, podemos pensar as ondas do feminismo de maneira mais orgânica e [...] mais contínua, geradas pela ação de milhares de mulheres, de diferentes locais, etnias, gerações e visões de mundo.” Mantenho esse recorte de contexto Europa – EUA, porque é suficiente para *uma* introdução à filosofia feminista e porque utilizarei apenas exemplos de filosofias de autoras desde esse contexto geográfico.

¹³ Nesta exposição me deterei apenas às duas primeiras, pois meu objetivo principal não é fazer uma introdução aos feminismos, mas à filosofia feminista, e penso alcançar esse objetivo apenas com a exposição das primeira e segunda ondas.

¹⁴ No entanto, “os temas de discussão e as reivindicações das feministas eram bastante diversos e diziam respeito à autodeterminação sexual, ao acesso a algumas profissões e melhorias das condições de trabalho assalariado, ao acesso à educação formal e a um currículo escolar que não fosse voltado às atividades domésticas, à reforma do direito matrimonial (que subjugava as esposas aos maridos, permitia a expropriação dos bens das mulheres pelos esposos e um tratamento desigual diante do adultério, impossibilitava o divórcio etc.) dentre outros” (ZIRBEL, 2021, p. 13).

Essa indignação, por sua vez, se deu diante de um contexto de diversas mudanças políticas e sociais (o estabelecimento de sociedades democráticas; a influência da classe trabalhadora na transformação da sociedade), mas, ao mesmo tempo, de manutenção da exploração e do controle “da vida, das atividades e da sexualidade das mulheres” (ZIRBEL, 2021, p. 13)¹⁵. Como tudo isso era fundamentado em teorias científicas, teológicas e filosóficas, é imprescindível destacar que, já no período dessa primeira onda feminista, intensificou-se¹⁶ a produção e circulação de textos feministas, em que se tentava expor e contestar os argumentos dados por diversos teóricos homens de que as mulheres são naturalmente inferiores aos homens¹⁷.

A escritora inglesa Virginia Woolf (1882-1941)¹⁸, em sua obra *Um teto todo seu* (1929), considerada como grande influenciadora do movimento feminista (LONGHI, 2018, p. 23-24), faz críticas a um sistema social que dificulta ou mesmo impede, dentre outras coisas, que as mulheres desenvolvam suas atividades. Vale ainda destacar que nessa mesma obra a autora aborda questões psicológicas envolvidas em afirmações estereotipadas e, portanto, não fundamentadas racionalmente de maneira plausível, mas que têm consequências nocivas sobre a vida de outras pessoas. Esse é o caso de preconizar a inferioridade das mulheres, postulando que se é melhor do que elas, motivado pelo desejo de sentir-se bem¹⁹. Podemos

¹⁵ Isso aconteceu, por exemplo, apesar das crescentes discussões e mobilizações, dentro de um processo de estabelecimento de sociedades chamadas democráticas, contra a permanência de distinções ou privilégios de classe hereditários ou arbitrários, que “[...] beneficiavam pequenos grupos de homens brancos e donos de propriedades em detrimento do restante da população [...] e negaram a todas as mulheres a possibilidade de tomarem decisões em qualquer âmbito da vida social e, conseqüentemente, sobre suas próprias vidas” (ZIRBEL, 2021, p. 12-13). Outro exemplo é o surgimento de certa “influência da classe trabalhadora na transformação da sociedade” (DILTHEY, 1994, p. 15) em meio ao estabelecimento de “um sistema econômico pautado na valorização do capital e na exploração da mão de obra da população [...], o capitalismo” (ZIRBEL, 2021, p. 13), mas não no sentido de questionar como o capitalismo se beneficiava “[...] do trabalho gratuito das mulheres nos núcleos familiares e da diferença salarial entre os sexos para gerar e ampliar lucros” (ZIRBEL, 2021, p. 12).

¹⁶ Uma vez que feministas filósofas e filósofos feministas dos séculos XVII e XVIII já o vinham fazendo (ROVERE, 2019).

¹⁷ A respeito da conotação pejorativa do estatuto ontológico da mulher ver o texto *A mulher como “o outro”*: a filosofia e a identidade feminina (FERREIRA, 2009, p. 35-52).

¹⁸ Escritora inglesa, nascida em Londres, cuja produção como romancista possui títulos considerados de valor excepcional, como *Mrs. Dalloway*, *Ao farol* e *As ondas*. “Colaborou com o Times Literary Supplement, foi membro proeminente do Grupo Bloomsbury, formado por intelectuais e artistas britânicos no começo do século XX, e escreveu diversas resenhas e artigos. [...] Em 1941, após anos de depressão, suicidou-se por afogamento” (WOOLF, 2014, p. 7). Uma interpretação de sua vida foi encenada de 24/03/2023 a 30/04/2023 no Teatro Tuca da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) pela atriz Cláudia Abreu. Trago essa informação, uma vez que apresentei este texto pela primeira na PUC-SP no meu período de estágio pós-doutoral na mesma instituição.

¹⁹ Exponho no meu artigo *O problema da fundamentação da moral e a ética feminista* (PEREIRA, 2020) por que razões essa e outras postulações de tipo análogo não se sustentam.

afirmar que a circulação de textos com esse tipo de conteúdo foi um resultado positivo do compromisso intelectual dessa primeira onda feminista.

Já como resultado político do processo intenso de lutas dessa primeira onda feminista, temos, por exemplo, a criação de diversas

[...] organizações e congressos internacionais, como a Aliança Internacional para o Sufrágio Feminino e o Conselho Internacional de Mulheres, que chegou a ter 7 milhões de membros distribuídos por 24 países. [...] [Contudo, as pautas e mobilizações feministas foram arrefecendo, ora avançando, ora estagnando, por causa das] guerras desencadeadas entre diversos países durante a segunda década do século XX [...]. [Como condições postas pela situação da guerra] [...] milhares de mulheres assumiram postos de trabalho tanto na Europa quanto nos EUA [mas também ocorreu de, no] intervalo entre guerras, políticas natalistas [serem] implementadas [passando] o tema da maternidade [a ocupar] um lugar central nas discussões públicas e feministas de muitos países, dividindo opiniões. [...] [Foi apenas após] a segunda guerra [mundial que] alguns Estados cederam à pressão das mulheres e reconheceram-lhes alguns direitos, como o de votar²⁰ [...]. Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos reconheceu a igualdade entre os sexos, assim como a igualdade entre os cônjuges. No entanto, campanhas foram realizadas para convencer as mulheres [...] a retomarem suas posições de esposas submissas e “do lar”. Além disso, as instâncias decisórias seguiam [...] sob o controle de homens. (ZIRBEL, 2021, p. 14-16).

A segunda onda é identificada com as mobilizações protagonizadas por mulheres em dezenas de países, que possuíam “dois pontos comuns, [isto é] [...] a crítica feminista da sociedade e [uma compreensão mais ampla e aprofundada d]a ideia de opressão”²¹ (ZIRBEL, 2021, p. 18). Seu fortalecimento se deve igualmente à criação de organizações feministas locais, estaduais e federais e de grupos de conscientização e atividades feministas, circulação de panfletos, textos, livros e arte feminista (filmes, músicas, peças de teatro), que estavam atingindo e sensibilizando um número crescente de pessoas. Um livro que teve grande impacto nesse período da segunda onda feminista foi *A mística feminina* (1963) de Betty Friedan, que apontou “o papel da publicidade e do sistema educacional no convencimento e restrição das mulheres às tarefas domésticas [e] discutiu ‘o mal que não tem nome’ vivido como um sentimento de perda de sentido da vida e identidade pelas mulheres restritas ao modelo da mulher do ‘lar’” (ZIRBEL, 2021, p. 16).

²⁰ França, 1944; Itália, 1945; Bélgica, 1948; Croácia e Eslovênia 1945; Albânia, 1946; Iugoslávia, 1947.

²¹ No entanto, “as pautas dos grupos [de conscientização e atividades coletivas] foram ricas e diversas: anticolonialismo, luta antirracista, valorização do trabalho doméstico, segurança no trabalho, educação, creches, licença-maternidade, [...] [libertação no plano da sexualidade (poder ter prazer, ter mais de um parceiro sexual ou expressar sua homoafetividade),] direitos reprodutivos (acesso a métodos contraceptivos, direito a aborto seguro, lutas contra programas de esterilização compulsória de mulheres negras e pobres), violência doméstica, assédio, estupro, etc. [...] [Vale ainda destacar que] para as diferentes mulheres, em suas diferentes posições sociais e experiências de vida, a opressão era vivenciada de maneiras distintas” (ZIRBEL, 2021, p. 18-19).

Muitas mulheres tinham diversos direitos reconhecidos, como acesso ao voto, à educação formal e até a atuar em certos espaços de poder, como na carreira universitária, mas “as profundas desigualdades entre os sexos no campo da educação, da política, dos direitos civis, do acesso ao trabalho, das atividades domésticas” (ZIRBEL, 2021, p. 18) permaneciam. Isso se fazia ver e sentir mais largamente no contexto de alguns “países que investiram em um projeto de ensino universal e no qual inúmeras mulheres haviam se inserido”, pois neles, além de tudo, havia acontecido algo inédito: estudos sobre as mulheres e estudos feministas, como os estudos filosóficos feministas, como destaquei na introdução deste artigo, “começavam a ser organizados, propondo novos temas e questionando os conteúdos [das teorias] tradicionais” (ZIRBEL, 2021, p. 16).

Tais acontecimentos e estudos têm como consequência a consciência de um fenômeno, isto é, “de que as opressões vivenciadas nos espaços privados se entrelaçavam com as desigualdades e opressões políticas. O slogan ‘o pessoal é político’, cunhado por Carol Hanisch em um texto de 1969, exemplificava a consciência deste fenômeno” (ZIRBEL, 2021, p. 18-19), a qual, por sua vez, leva a desenvolvimentos teóricos feministas ainda mais expressivos. Diferentemente das feministas da primeira onda, que perceberam principalmente falhas nos argumentos de cientistas, teólogos, filósofos voltados para justificar a opressão das mulheres, as feministas da segunda onda se deram conta de que a fonte teórica do erro estava na própria maneira de estes teóricos fazerem ciência, teologia e filosofia. A filosofia feminista em sentido estrito surge justamente nesse contexto²².

2 AS RELAÇÕES ENTRE FEMINISMO E FILOSOFIA

A partir do exposto, a relação geral entre feminismo e filosofia pode ser mais bem compreendida. O prosseguimento da aspiração ética e política do feminismo de “luta por igualdade de direitos entre homens e mulheres [...] radica na exploração de terrenos que habitualmente pertencem à filosofia [...] [e, assim,] a eleição da filosofia como disciplina fundadora da investigação feminista surge como natural e incontornável” (FERREIRA, 2009, p. 13-14). Além disso, os filósofos e filósofas, por sua vez, quando são provocados por novas

²² Não exporei aqui outras consequências da segunda onda feminista, como o fiz em relação à primeira, pois meu objetivo fundamental com essa apresentação das ondas feministas não é fazer uma introdução ao feminismo e, portanto, construir agora uma mediação para tratar da terceira onda feminista, mas apresentar as condições históricas de surgimento da filosofia feminista.

discussões e conscientizações de certos fenômenos trazidas pelos movimentos feministas, começam a “produzir resultados teóricos importantes [e diferentes] nos campos da ética, política, epistemologia, ontologia, dentre outros” (ZIRBEL, 2018). Esse modo de fazer filosofia recebe a designação de “filosofia feminista”.

Isso explica de algum modo, por que, assim como há diferentes feminismos, há igualmente diferentes filosofias feministas (teorias e métodos). Nas duas primeiras ondas do feminismo, ao expor²³ e criticar o sexismo presente, em particular, em textos de importantes filósofos ocidentais, os quais eram usados para justificar a opressão das mulheres, ou 1) se termina buscando ser mais consequente do que eles, mostrando as contradições entre as teses filosóficas defendidas por eles e suas afirmações sexistas, ou 2) se termina por mostrar que o preconceito valorativo desses autores em relação às mulheres são consequência dos próprios princípios defendidos por eles em suas teorias, de tal modo que se questiona, não apenas parte do conteúdo de suas teorias, mas igualmente seu fundamento e o método adotado para justificá-lo. Isso, por sua vez, só pode ser feito quando ou i) se busca outros/as autores como aliados/as²⁴, que não estavam preocupados/as com causas feministas ou que estavam preocupados/as com apenas algumas dentre elas, mostrando como o desenvolvimento de suas teorias, inclusive em outros campos da filosofia, pode contribuir para a reflexão de certas causas feministas, ou ii) se constrói novos fundamentos e métodos filosóficos.

Essas duas maneiras particulares da relação entre filosofia e feminismo têm origem no século XVIII, portanto antes da primeira onda feminista, e se desenvolvem expressivamente no período da segunda onda do feminismo. Penso que o que vem a se mostrar até os dias atuais são variantes distintas dessas duas relações particulares. Algumas taxonomias foram estabelecidas no sentido de nos orientarmos nesse terreno. Entre as muitas classificações possíveis, Maria Luísa Ribeiro Ferreira (2009, p. 21-22) destaca a de Janet Radcliffe Richards, presente na obra *A feminista cética: uma investigação filosófica* (1980), e a de Judith Evans, apresentada na obra *Teoria feminista hoje: uma introdução à segunda onda feminista* (1995). A primeira está diretamente alinhada com a exposição que fizemos até aqui, destacando dois tipos de feminismo. Já a segunda divisão é mais complexa e mostra variantes

²³ Para algum conhecimento do tema, isto é, das afirmações sexistas presentes em textos de importantes filósofos ocidentais, indico o livro *O que os filósofos pensam sobre as mulheres* (FERREIRA, 2021).

²⁴ Como informado na nota de rodapé 5, há uma coleção de referência da Penn State University Press voltada igualmente para a realização desta tarefa.

desses dois tipos²⁵, ou melhor, “identifica uma gama mais ampla de orientações, com particular realce para algumas ‘escolas’” (FERREIRA, 2009, p. 23).

Segundo Ferreira (2009, p. 22), “a taxonomia de Richards é minimalista, considerando dois grandes grupos: feministas liberais e radicais”. Exporei, por razões didáticas, as especificidades de cada um desses grupos, ordenando-as de acordo com os objetivos comuns de todo feminismo, como anteriormente destacado (refletir sobre a situação das mulheres, compreender a condição feminina e lutar em prol da sua plena realização), bem como de acordo com a orientação filosófica que fundamenta a solução apresentada para o fim de todas as formas de sexismo. Ainda conforme Ferreira (2009, p. 22):

O feminismo liberal, também designado por igualitário, ou mesmo tradicional, engloba as correntes que defendem a igualdade. É um movimento eminentemente reivindicativo, que ao constatar a menoridade²⁶ a que as mulheres têm sido sujeitas [e como, com isso, elas são parte desfavorecida da sociedade] exige para elas uma uniformidade de direitos [bem como que elas sejam defendidas], numa luta que só terminará quando o seu estatuto social e político for considerado equivalente ao do homem.

O feminismo liberal, conforme classificado por Richards, funda-se em uma orientação filosófica que tem início na modernidade e que ganhou um especial significado com o iluminismo europeu²⁷. Tal feminismo parte do princípio iluminista de que há uma comunidade de seres racionais da qual homens e mulheres igualmente participam, de tal modo que ambos podem atingir a maioridade, isto é, julgar por si mesmos, por exemplo, o que é verdadeiro e o que é moralmente correto, orientando-se não por tutores, mas apenas por

²⁵Esta faz inclusive uso de dois dos termos da taxonomia anterior, mas os reveste de outro significado. Esse é o caso do termo “radical”, que usa de um modo diferente. Farei ainda uma menção a essa taxonomia de Evans, mas me deterei à de Richards, pois é suficiente para que eu mostre os traços fundamentais de uma filosofia feminista.

²⁶ Um tipo de imaturidade intelectual e moral, ou melhor, incapacidade para julgar sem a orientação de outra pessoa (KANT, 1985).

²⁷ O iluminismo europeu é um movimento intelectual do século XVIII, cujo núcleo é “a atividade vagamente organizada de proeminentes pensadores franceses de meados do século XVIII, os chamamos ‘*philosophes*’ (por exemplo, Voltaire, D’Alembert, Diderot, Montesquieu). [...] No entanto, também há centros notáveis de iluminismo fora da França. Há um iluminismo escocês renomado (figuras-chave são Frances Hutcheson, Adam Smith, David Hume, Thomas Reid), um iluminismo alemão ([...] figuras-chave [são] Christian Wolff, Moses Mendelsohn, G. E. Lessing e Immanuel Kant). [...] O que contribui para a unidade [desse movimento] de pensadores tão tremendamente diversos sob o rótulo de ‘Iluminismo’ [...] [é, em sentido *lato*, o enorme] progresso intelectual e científico da época, mas também [...] a expectativa da época de que a filosofia [...] melhoraria drasticamente a vida humana. [...] O Iluminismo é concebido [...] como tendo sua origem primária na revolução científica dos séculos XVI e XVII. A ascensão da nova ciência mina progressivamente não apenas a antiga concepção geocêntrica do cosmos, mas também o conjunto de pressuposições que serviram para restringir e orientar a investigação filosófica nos primeiros tempos [...] [e] promove a filosofia de serva da teologia [...] a uma força independente com poder e autoridade para desafiar o antigo e construir o novo, nos domínios tanto da teoria quanto da prática, com base em princípios próprios” (BRISTOW, 2017, tradução nossa).

valores universais aos quais chegam pelo uso livre da razão. Como a realização do projeto político iluminista depende de assegurar a todos os seres humanos essa liberdade, de não ser tutelado por outros (KANT, 1985), o feminismo igualitário pode ser (e tem sido) defendido tanto por homens²⁸ quanto por mulheres. Destaca-se como contribuição fundamental para sua edificação as obras *Reivindicação dos direitos do homem* (1790) e *Reivindicação dos direitos da mulher* (1792) de Wollstonecraft.

Nesta última obra, a autora expõe e critica o sexismo, por exemplo, do filósofo iluminista Rousseau em seu *Emílio, ou da Educação*, de 1755. A autora se indigna com o fato de um defensor dos valores universais do iluminismo expressos no lema “*Sapere aude!*”, que significa ter coragem de fazer uso do próprio entendimento (KANT, 1985, p. 100), supostamente endereçado a toda a humanidade como condição de seu progresso, incorrer em sexismo e, para fundamentá-lo, fazer uso de falácias que ele mesmo critica no pensamento de outros autores. Rousseau defende, por meio da personagem Sofia em *Emílio*, que serem as mulheres subjugadas e viverem em função de agradar o homem é algo moralmente correto, porque, como se pode verificar observando seus comportamentos, isso é o melhor que elas conseguem fazer, essa é a maneira de elas contribuírem para o progresso humano (ROUSSEAU, 2004, p. 516-517). Para Wollstonecraft (2016), Rousseau ao excluir as mulheres, e, portanto, metade da humanidade do processo de conquista da maioria, não apenas é inconsequente em relação ao projeto iluminista, mas do ponto de vista de sua argumentação incorre na falácia de tomar o efeito pela causa. Que o efeito seja o comportamento falho observado em mulheres, isso não significa que essa seja sua natureza, nem muito menos que a realização disso seja seu destino. O erro do raciocínio de Rousseau em relação às mulheres não seria resultado, portanto, segundo a autora, de um processo de dedução a partir de princípios da teoria iluminista, pela qual ele se orienta no *Emílio*, mas em parte do conteúdo de sua teoria sobre a educação e na argumentação que ele usa em particular para sustentar suas teses sobre a educação das mulheres.

²⁸ O economista e filósofo britânico John Stuart Mill (1806-1873) é um exemplo de defensor do feminismo liberal e, portanto, dos direitos das mulheres. Em sua obra *A sujeição das mulheres*, de 1869, ele também argumenta contra a afirmação de que as mulheres são naturalmente inferiores aos homens, intelectualmente e moralmente, e de que, portanto, a subordinação do sexo feminino ao sexo masculino seria algo natural e justificado. Segundo Mill, se as mulheres ainda pareciam naturalmente incapazes era porque, não apenas o costumeiro parece natural e, especialmente, a dominação parece natural para quem a exerce, mas também porque as mentes das mulheres haviam sido escravizadas de acordo com os interesses de seus senhores, pois elas mesmas se consideram naturalmente inferiores e não apenas obedeciam a seus senhores, mas igualmente desenvolviam afeições por eles. Para Mill (1989, p. 129-132), portanto, a situação das mulheres era pior do que a de escravos, pois, além de estarem submetidas à vontade de seus senhores, elas tinham que amá-los.

Além de contestar argumentos como este de Rousseau, Wollstonecraft expõe a situação de marginalidade à qual as mulheres eram sujeitadas pelos homens, isto é, condenação a permanecer na ignorância, a desenvolver falsas virtudes (doçura condescendente, amável submissão etc.), como aquelas da personagem Sofia, e mostra os prejuízos morais e políticos para a humanidade de as mulheres serem mantidas nessa situação, como produzir membros da sociedade inúteis e corromper as próximas gerações. Como, para a filósofa, as mulheres seriam as responsáveis imediatas pelo cuidado das crianças (meninos e meninas), ela defende ainda que o projeto iluminista somente chegará à sua plena realização por meio de uma educação da humanidade pelas mulheres, quando não forem desviadas de fazer uso de sua própria razão (WOLLSTONECRAFT, 2016, cap. 2).

Já o feminismo radical, ainda segundo a taxonomia de Richards:

[...] apela para uma alteração de princípios, defendendo uma nova maneira de estar no mundo e uma profunda alteração do “status quo”. Os direitos das mulheres surgem como lógica consequência dessa mudança [...] das [valências] que prevalecem na nossa cultura, predominantemente masculina. A sexualidade é uma questão central, nomeadamente a sexualidade masculina, muitas vezes entendida como um construto, como uma forma de poder que se perpetua para que o domínio dos homens se mantenha. (FERREIRA, 2009, p. 22).

A orientação filosófica do feminismo radical tem um desenvolvimento considerável a partir dos anos de 1970, isto é, a partir do avanço da segunda onda feminista. Tal feminismo ressalta as diferenças entre valores femininos e masculinos, mas a mudança de compreensão da condição feminina ocorre porque, quer ela seja entendida como natural quer como um construto, há uma nova avaliação, agora positiva, dos valores femininos, de tal modo que eles passam a ser considerados como mais amplos e mais justos e, portanto, “mais universais”, do que os valores masculinos. Há, portanto, uma exposição e crítica ao androcentrismo de cientistas e filósofos, que puseram os homens de dado contexto histórico e grupo social como sendo representantes da humanidade e, a partir disso, julgaram o modo de ser (pensar, agir, sentir) das mulheres como diferente e inferior²⁹. Em contraposição a isso, é defendido, a fim de que a sociedade se transforme, que se examine e reavalie o valor filosófico de um modo feminino de estar no mundo, ou mesmo de valências diferentes (cuja associação com o gênero feminino não é absoluta) daquelas que prevalecem de forma hegemônica em uma dada

²⁹ Quem descreveu amplamente essa maneira de proceder foi Simone de Beauvoir em *O segundo sexo*.

cultura. Uma obra exemplar neste último sentido é *Uma voz diferente*, de Carol Gilligan (1982)³⁰.

Nessa obra a autora expõe e critica o sexismo e o androcentrismo de autores da área de psicologia do desenvolvimento moral, em especial, de Lawrence Kohlberg³¹ (1927-1987). Os estudos nessa área têm se debruçado na contemporaneidade “sobre a construção de modelos teóricos empenhados em encontrar uma explicação adequada dos processos que orientam e definem a adoção de valores individuais” (BRANCO; MARTINS, 2001, p. 169). Para a construção, no entanto, de modelos teóricos desse tipo é preciso definir que orientação para a moral representa o desenvolvimento moral maduro de um indivíduo, ou melhor, o princípio pelo qual, ou os princípios pelos quais, os indivíduos desenvolvidos moralmente se orientam. Ora, isso seria o mesmo em ética que eleger um conceito de bem, algo que Kohlberg (1981) em certo sentido realizou em *A filosofia do desenvolvimento moral*. Ele identifica como conceito de bem um conceito de justiça, enquanto defesa da vida, dos direitos individuais e do bem comum, de tal modo que “o problema moral [, para ele,] surge [...] de direitos em disputa e exige para sua solução um modo de pensar que é [...] formal e abstrato” (GILLIGAN, 1982, p. 29), o que apenas um sujeito plenamente autônomo, isto é, capaz de autodeterminar sua vontade sem interferência exterior ou de certos afetos, teria condições de realizar³².

Kohlberg (1958) é conhecido por sua teoria dos estágios do desenvolvimento moral, a qual teve origem quando ele apresentou em sua tese de doutorado o processo de adoção de valores morais como um caminho longo e complexo, dividido em três níveis e seis estágios: Nível I - pré-convencional (estágio 1: orientação por obediência e punição; estágio 2: orientação egoísta, por interesse individual); Nível II - convencional (estágio 3: orientação

³⁰ A autora estudou literatura inglesa no Swarth more College, psicologia no Radcliffe College e psicologia social na Harvard University. Ficou conhecida pela polêmica com Lawrence Kohlberg no debate sobre diferenças morais entre homens e mulheres. Ela mais tarde fundou o Harvard Center on Gender and Education com uma doação de \$ 12,5 milhões de Jane Fonda (2001). Lá ela desenvolveu mais ainda o método de escuta que começou a adotar em *Uma voz diferente*. Em 2002, ela recebeu uma cátedra na Universidade de Nova York, na qual atualmente lida com a resistência contra o patriarcado. Vale ainda destacar que em 1992 ela recebeu o Grawemeyer Award e em 1998 o Heinz Award (CAROL GILLIGAN, 2023).

³¹ Trata-se de um autor importante na história da psicologia, cuja teoria do desenvolvimento moral dominou o pensamento dos psicólogos morais (SILVA, 2021, p. 15).

³² Kohlberg faz parte de uma tradição filosófica em ética que nasce “de um afã radical de se libertar de toda sujeição à natureza e aos bens ou fins que ela possa comportar” (CORTINA; NAVARRO, 2001, p. 112-113, tradução nossa). O primeiro a tentar oferecer uma fundamentação para essa autonomia (sem sujeição) como fundamento para a moral, independente de qualquer instância transcendente, foi o filósofo moderno iluminista Immanuel Kant (1724-1804) em *A fundamentação da metafísica dos costumes* (1785) (KANT, 2011). Contudo, esse seria igualmente um traço comum das éticas de R. M. Hare, Karl-Otto Apel, Jürgen Habermas e John Rawls.

pelas expectativas do grupo; estágio 4: orientação pela manutenção da ordem social vigente); Nível III - pós-convencional (estágio 5: orientação pelo utilitarismo e contratualismo; estágio 6: orientação por princípios éticos universalizáveis)³³. Partindo do pressuposto de que essa classificação se mostrava válida e universal, embora não tenha incluído mulheres em seus estudos doutorais, em 1968³⁴ o autor deu continuidade a seus estudos, inclusive em diferentes culturas, ainda associando aqueles estágios ao processo de desenvolvimento moral dos sujeitos participantes de tais estudos, por meio de entrevistas sobre dilemas morais hipotéticos³⁵.

Como resultado se observou “um baixo desempenho por parte das mulheres em relação aos homens [uma vez que] elas [...] chegavam a atingir somente até o estágio três, [...] em que a moralidade se caracteriza pela necessidade de estar de acordo com o que as pessoas próximas esperam” (SILVA, 2021, p. 17-18). Como Kohlberg tinha a pretensão de fundamentar a universalidade de sua teoria e seu conceito de justiça igualmente empiricamente³⁶, para Gilligan, seu desvio de excluir as mulheres por vários anos como objetos de pesquisa, assumindo a experiência masculina como regra, mas, ao mesmo tempo, afirmar que elas possuem um *deficit* em seu desenvolvimento, por orientarem suas decisões pelas relações com os envolvidos e pelos laços do cuidado (TOLDY, 2016, p. 138), isto é, de uma maneira diferente dos homens, fez com que Kohlberg, ao invés de defender uma teoria epistemologicamente neutra e universal, incorresse em androcentrismo e sexismo.

Contudo, mesmo tendo consciência do preconceito observacional e valorativo da metodologia e teoria de Kohlberg, uma crítica normativa ao princípio da moral (sexto estágio) carece de se pôr outro princípio no lugar. Em outros termos, a mera crítica ao androcentrismo e sexismo de tal teoria não é suficiente³⁷, mas ela somente se efetiva ao se construir um novo fundamento para moral. Gilligan começou, abordando “questões de sua própria experiência

³³ Ver a explicação que dou para cada um desses estágios em Pereira (2020, p. 9).

³⁴ Ocasão em que foi contratado pela Harvard University, onde atuou até sua morte 1987 (SILVA, 2021, p. 15).

³⁵ A amostra da pesquisa inicial de Kohlberg foi composta por “72 garotos brancos de classe média de Chicago entre 10, 13 e 16 anos”. O objetivo era acompanhar seu desenvolvimento moral, entrevistando-os a cada três anos até sua idade adulta, utilizando dilemas morais hipotéticos, isto é, “situações extremas, geralmente protagonizadas por um personagem, [as quais] envolvem dois valores [e nas quais] o personagem [...] deve decidir [a] qual [valor] aderir” (SILVA, 2021, p. 12).

³⁶ E não apenas transcendentemente, como Kant (2011).

³⁷ Gilligan inclusive passou cinco anos de sua pesquisa, que durou dez anos, cujos resultados foram publicados em *Uma voz diferente*, orientando-se pela mesma teoria de Kohlberg na interpretação do conteúdo da fala de pessoas sobre a moralidade e identidade (GILLIGAN, 1982, p. 11).

para o escrutínio filosófico [, influenciada] [...] tanto pela segunda onda do feminismo [presente] em seu meio quanto por sua formação, que era tudo menos feminista³⁸” (MCAFFE, 2018, tradução nossa). Depois, ao mudar sua metodologia de trabalho, que consistiu em diversificar sua amostragem³⁹, incluir nas entrevistas conflitos morais reais e dar atenção ao modo como as pessoas falavam de suas vidas, ela começou a ouvir duas vozes diferentes, ou seja, “dois modos de falar sobre problemas morais, dois modos de relatar o relacionamento entre o outro e o eu” (GILLIGAN, 1982, p. 12).

Como resultado, embora a nova “voz” que ela destaca, diferente da “voz da justiça”, não se caracterizasse pelo gênero⁴⁰, mas pelo novo tema que despertava, isto é, um novo modo de lidar com conflitos morais, ela apareceu associada às falas das mulheres entrevistadas em sua pesquisa. Estas relatavam seus dilemas morais não como conflitos em disputa, mas como responsabilidades conflitantes. Além disso, a solução para tais conflitos era resultado de um modo de pensar contextual e narrativo, ao invés de formal e abstrato (GILLIGAN, 1982, p. 29), até por conta da complexidade das situações vividas⁴¹, que tornavam impossível uma orientação por um conceito de justiça como o de Kohlberg. O processo de adoção de valores morais foi definido, então, como uma orientação cada vez mais complexa pelo conceito de “cuidado”, dividido em três níveis e três estágios com dois estágios de transição: Nível I - cuidar de si (estágio 1: sobrevivência individual; estágio 1.5: transição de sobrevivência para o cuidado com os outros); Nível II - cuidar dos outros (estágio 2: bondade como autossacrifício; estágio 2.5: transição de uma perspectiva de cuidado convencional para uma perspectiva reflexiva); Nível III -cuidar de si e dos outros (estágio 3: responsabilidade pelas consequências da escolha) (GILLIGAN, 1982, p. 85). A solução para

³⁸ A filósofa também aprendeu com autores como Sigmund Freud (1856-1939) e Jean Piaget (1896-1980), que, segundo ela, também incorreram em sexismo e androcentrismo. (GILLIGAN, 1982, cap. 1)

³⁹ Em *Uma voz diferente*, Gilligan apresenta três estudos por ela realizados: 1) “O estudo de estudantes em faculdades [, que] investigou o desenvolvimento da identidade e da moral nos primeiros anos da idade adulta, relacionando a visão do eu e [...] [d]a moralidade com experiências de conflito moral e tomadas de decisão na vida”, cuja amostra inicial foi de 25 estudantes que decidiram seguir o curso de moral e política acrescida de 16 estudantes mulheres que abandonaram o curso; 2) “O estudo sobre a decisão do aborto [que] tomou em consideração o nexos entre experiência e pensamento e o papel do conflito no desenvolvimento”, cuja amostra foi de 29 mulheres entre 15 e 33 anos, diferentes em etnia e classe social, estado civil; 3) O estudo sobre direitos e responsabilidade, que aperfeiçoou os anteriores e “abrangeu uma amostra de homens e mulheres iguais por idade, inteligência, educação, ocupação e classe social em nove pontos através do curso da vida: idades de 6 a 9, 11, 15, 19, 22, 25 a 27, 35, 45 e 60[,] uma amostra total de 144 (8 homens e 8 mulheres em cada idade), inclusive uma subamostra mais intensivamente entrevistada de 36 (2 homens e 2 mulheres em cada idade)” (GILLIGAN, 1982, p. 12).

⁴⁰ Uma vez que estava fundamentalmente relacionada, não com um papel específico de reprodução, mas com o desempenho de certos papéis sociais.

⁴¹ Como, por exemplo, estar responsável pelo cuidado de vulneráveis (criança, doentes etc.).

os conflitos morais mostrou-se, portanto, como a descoberta de uma “heteronomia sem sujeição” em assuntos morais, ou seja, uma tendência para orientar decisões pelas relações com os envolvidos e pelos laços do cuidado, mas igualmente pela ideia de justiça. Gilligan compreende esse tipo de orientação como fundada em um conceito de justiça alargado, isto é, o conceito de cuidado responsável.

Com isso, ela muda tanto a teoria do desenvolvimento moral como a ética de Kohlberg, tanto do ponto de vista do método como de sua fundamentação. Em linguagem filosófica, ela se predispõe a enfrentar, e enfrenta, três problemas centrais que vêm a ser problemas do campo da moralidade e de diversas teorias contemporâneas:

[...] o problema da falha dupla (a falha acarretada pela exclusão das mulheres como objetos e como sujeitos de pesquisa, e a falha do enfoque androcêntrico); o problema da ilusão-ficção das esferas separadas (que separa moral e política, público e privado, abstrato e concreto, universal e particular) e o problema do sistema de privilégios e dominação com base no gênero (responsável pela organização de diferenças humanas de forma hierarquizada, possibilitando a distribuição desigual de poder entre os participantes de uma determinada sociedade, e que interage com uma série de marcadores sociais, como raça/etnia, classe, nível de escolaridade, idade, religião, orientação sexual, condição física e mental etc.). (ZIRBEL, 2018).

Assim, Gilligan realiza filosofia feminista em sentido estrito, isto é, altera problemas e princípios filosóficos, ou, como afirma Richards, no sentido de um feminismo radical. Sua filosofia feminista, no entanto, é também classificada, como exposto na taxonomia de Judith Evans, como orientação teórica que funda o feminismo cultural. A divisão de Evans tem a vantagem de identificar “uma gama mais ampla de orientações, com particular realce para as ‘escolas’ liberais, radicais, culturais, socialistas e pós-modernas⁴²” (FERREIRA, 2009, p. 22-23). Podem ser acrescentadas ainda a estas as “ferramentas teóricas e reflexões sobre a realidade” que foram produzidas pelas “feministas negras, latinas, lésbicas, anarquistas e ecologistas⁴³” (ZIRBEL, 2021, p. 19).

⁴² Para compreender como essa mudança de classificação implica uma mudança do significado do que se entende, por exemplo, por feminismo liberal e radical, bem como para ter uma noção da vasta gama do que se produziu em termos de filosofia feminista desde o período da segunda onda feminista, ver Ferreira (2009, p. 23-25).

⁴³ Para conhecer os compromissos intelectuais dessas feministas, ver Zirbel (2021, p. 20-21).

CONCLUSÃO

Uma primeira interrogação que se pode levantar ao fazer uma introdução à filosofia feminista é se podemos compreender o feminismo como uma filosofia. Sem tornar tal pergunta mais precisa, é possível responder que “sim” e que “não”. Como vimos, os diferentes feminismos sempre tiveram que assumir um compromisso intelectual, para conseguir fazer frente a teorias hegemônicas sexistas e justificar sua existência. Nesse sentido, eles despontaram no cenário de militância e debates junto *com* filosofias. Contudo, o feminismo também pode adotar uma concepção filosófica de maneira irrefletida, para dar conta de suas metas políticas e sociais. Nesse sentido, ele não estaria ligado diretamente a uma práxis determinada, atualizando a compreensão de seus conteúdos, como uma filosofia feminista o faz.

Com base na taxonomia que adotei de Richards, para mostrar a relação profunda que há entre feminismo e filosofia, que divide o feminismo em feminismo liberal e radical, com acento para uma mudança em parte do conteúdo de uma teoria filosófica ou nos problemas e princípios de um campo da filosofia, respectivamente, pode surgir a pergunta se é correto chamar uma teoria feminista que não proponha uma mudança radical de princípios de “filosofia feminista”. Respondemos que sim, ao expor brevemente algumas críticas e contribuições de Wollstonecraft. O mesmo ocorre com diversas filosofias ao longo da história da filosofia que pretendem apenas ser mais consequentes, em relação à adoção e defesa de certos princípios, do que outras. Contudo, vale destacar que filósofas como Wollstonecraft também trouxeram contribuições importantes para várias áreas “mais aplicadas” da filosofia, como, por exemplo, filosofia da educação.

Um questionamento comum que se faz à filosofia feminista é se, frente a essa contribuição de autoras como Wollstonecraft e Gilligan, por exemplo, estaria justificado o uso do adjetivo “feminista” de filosofia feminista. Em outros termos, não estariam “todos os seus conteúdos e questões [...] contemplados, ou [poderiam] ser contemplados, em outras áreas da filosofia (não fazendo sentido a criação ou referência a uma filosofia feminista)” (ZIRBEL, 2018)? Sim e não. Sim, porque a filosofia feminista é de fato um modo de fazer filosofia e nem toda filosofia declara a práxis determinada da qual surge. Não, porque se trata igualmente de fazer ver outro modo de trabalhar com filosofia, outro método filosófico, que declara surgir justamente de uma práxis determinada, de tal modo que omitir o adjetivo seria

omitir essa origem. Além disso, assim como os diferentes feminismos também assumem um compromisso intelectual, apesar de serem uma forma de militância, a filosofia feminista é, inversamente, uma postura engajada, apesar de toda filosofia se tratar de uma postura investigativa. Gilligan afirma, por exemplo, que um de seus objetivos é oferecer para as mulheres “uma representação de seu pensamento que lhes permita enxergar melhor sua integridade e validade, reconhecer as experiências que seu pensamento refrata e compreender a linha de seu desenvolvimento” (GILLIGAN, 1982, p. 13).

E isso não faria com que a filosofia feminista incorresse em uma falta de neutralidade? Pensamos que isso não seria uma objeção válida, a não ser que se possa provar ainda hoje, após o desenvolvimento nos séculos XX e XXI de filosofias da finitude e, com elas, da consciência dos condicionamentos históricos de toda compreensão, que há filosofias neutras e que estas, ao mesmo tempo, não estão comprometidas com certos resultados. É claro que, para não incorrer em relativismos, a filosofia feminista, como diversas filosofias contemporâneas, tenta justificar a validade de seus princípios provisoriamente, por vezes universalmente, por vezes contextualmente. Além disso, vale reiterar que, em todo caso, não haveria filosofia feminista sem feminismo.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos/A experiência vivida**. Tradução de Sérgio Milliet. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BRANCO, Angela Uchôa; MARTINS, Lincoln Coimbra. Desenvolvimento moral: considerações teóricas a partir de uma abordagem sociocultural construtivista. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 17, n. 2, p. 169-176, maio/ago., 2001.

BRISTOW, William. Enlightenment. **Stanford Encyclopedia of Philosophy**. 2017. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/enlightenment/> Acesso em: 19 maio 2023.

CAROL GILLIGAN. In: WIKIPEDIA: the free encyclopedia. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2023]. Disponível em: https://de.wikipedia.org/wiki/Carol_Gilligan. Acesso em: 12 maio 2023.

CORTINA, Adela; NAVARRO, Emilio Martínez. **Ética**. 3. ed. Madrid: Ediciones Akal, 2001.

DILTHEY, Wilhelm. **Sistema da ética**. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Ícone, 1994.

FERREIRA, Maria Luísa Ribeiro. **As mulheres na filosofia**. Lisboa: Colibri, 2009.

FERREIRA, Maria Luísa Ribeiro. **O que os filósofos pensam sobre as mulheres**. 2. ed. Lisboa: Entre Trópicos Editora, 2021.

FRICKER, Miranda; HORNSBY, Jennifer (org.). **The Cambridge Companion to Feminist Philosophy**. New York: Cambridge University Press, 2000.

GILLIGAN, Carol. **Uma voz diferente**: psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à fase adulta. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1982.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Tradução de Paulo Quintela. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2011.

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: Que é “Esclarecimento”? (“*Aufklärung*”). In: KANT, Immanuel. **Textos seletos**. Tradução de Floriano de Sousa Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985.

KOHLBERG, Lawrence. **The development of modes of moral thinking and choice in the years 10 to 16**. Tese de doutorado não publicada, Universidade Chicago, Chicago, 1958.

KOHLBERG, Lawrence. **The philosophy of moral development: Moral Stages and the Idea of Justice**. San Francisco: Harper and Row, 1981.

KUHNEN, Tania Aparecida. **O princípio universalizável do cuidado**: superando limites de gênero na teoria moral. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Filosofia, Florianópolis, 2015.

KUHNEN, Tania Aparecida; ZIRBEL, Ilze. A legitimidade da filosofia feminista - contribuições iniciais à sua importância no Brasil. **Revista Ideação**, Feira de Santana, n. 42, p. 253-271, jul./dez., 2020.

LONGHI, Raquel Villas. **O discurso feminista de Virginia Woolf na tradução de *A room of one's own* para o português brasileiro**. Monografia (graduação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Letras, Juiz de Fora, 2018.

MARIE DE GOURNAY. In: WIKIPEDIA: the free encyclopedia. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2023]. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Marie_de_Gournay. Acesso em: 09 maio 2023.

MCAFEE, Noëlle. Feminist Philosophy. **Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2018. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/feminist-philosophy/> Acesso em: 15 maio 2023.

MILL, John Stuart. The Subjection of Women. In: MILL, John Stuart. **On liberty with the subjection of women and chapters on socialism**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

PEREIRA, Viviane Magalhães. O problema da fundamentação da moral e a ética feminista. **Veritas**, Porto Alegre, v.65, n.1, p.1-12, jan./mar., 2020.

PLATÃO. **A república**. Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

ROVERE, Maxime (org.). **Arqueofeminismo**: mulheres filósofas e filósofos feministas - séculos XVII-XVIII. Tradução de Andrea Maria Mello, Camila Lima de Oliveira, Pedro Muniz, Viviana Ribeiro e Yasmin Haddad. São Paulo: n-1 edições, 2019.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio** ou Da educação. Tradução Roberto Leal Ferreira. 3. ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2004.

SILVA, Matheus Estevão Ferreira da. Afinal o que foi o debate Kohlberg-Gilligan? **Schème**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 4-40, jan./jul., 2021.

TOLDY, Teresa. Carol Gilligan. In: FERREIRA, Maria Luísa Ribeiro; HENRIQUES, Fernanda (coord.). **Marginalidade e alternativa**. Lisboa: Edições Colibri, 2016.

TUANA, Nancy (ed.). **Feminist interpretations of Plato**. University Park: Penn State University Press, 1994.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. Tradução de Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Tradução de Bia Nunes de Sousa, Glauco Mattoso. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

ZIRBEL, Ilze. **Dois objeções a uma filosofia feminista**. ANPOF, 2018. Disponível em: <http://anpof.org/portal/index.php/pt-BR/agenda-encontro-2018/item/559-categoriaagenda2018/18710-duas-objeoes-a-uma-filosofia-feminista> Acesso em: 26 ago. 2019.

ZIRBEL, Ilze. Ondas do feminismo. **Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas**: mulheres na filosofia, Campinas, v. 7, n. 2, p. 10-31, 2021. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/ondas-do-feminismo/> Acesso em: 11 maio 2023.

ZIRBEL, Ilze. **Uma teoria político-feminista do cuidado**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Filosofia, Florianópolis, 2016.